

Nos EUA, Facebook responde por tráfico sexual em sua plataforma

27/06/2021

O Facebook "não é terra de ninguém, sem lei" e pode ser responsabilizado se traficantes sexuais usarem a plataforma para recrutar e se aproveitar de crianças e adolescentes, decidiu o Tribunal Superior do Texas, Estados Unidos, na sexta-feira (25/6).

Reprodução



Três garotas recrutadas pelo Facebook foram vítimas de tráfico sexual no Texas
Reprodução

As vítimas de tráfico sexual — ou de tráfico humano — podem processar o Facebook, bem como Twitter, Instagram, Google e outras empresas de mídia social, por permitirem o uso de suas plataformas para atividades criminais, em violação das leis do Texas, segundo a decisão.

Três ações foram movidas contra o Facebook por promotores do Texas, com base em queixas de três adolescentes que foram recrutadas, com falsas promessas, por meio do sistema de mensagens da plataforma, segundo o *Houston Chronicle*, a KIRO TV e o *Insider*.

As três garotas, uma de 15 anos e duas de 14, caíram em promessas falsas, bem elaboradas, mas comuns: emprego como modelo, amor eterno e melhor futuro. Mas foram transformadas em prostitutas depois que suas fotos foram publicadas no Backpage, um site fechado em 2018 por promover tráfico humano. Uma das meninas foi recrutada por meio do Instagram, propriedade do Facebook.

As ações pedem a responsabilização do Facebook por negligência e pela lei sobre responsabilidade de produto. Os promotores alegam que o Facebook não advertiu as adolescentes, nem tentou bloquear oportunidades de tráfico sexual nesses casos — nem tentou impedir o crime.

Os advogados do Facebook alegaram que a empresa é protegida pela Seção 230 da Lei da Decência em Comunicações ([Communications Decency Act](#)) — e prometeram tomar medidas mais agressivas para combater o tráfico humano.

A Seção 230 dessa lei, envolta em controvérsias nos últimos anos, dispõe que as plataformas da mídia social não são responsáveis pelas postagens de seus usuários. Mas o Tribunal Superior do Texas decidiu que tais dispositivos não se aplicam no caso de tráfico sexual:

"Não entendemos que a Seção 230 cria uma terra de ninguém, sem lei, na internet, na qual os estados não têm poder para responsabilizar websites que participam conscientemente ou intencionalmente do mal do tráfico humano *online*", diz trecho da decisão. "Responsabilizar as plataformas da internet pelas palavras e ações de seus usuários é uma coisa, e a Seção 230 não o permite. Responsabilizar as plataformas da internet por suas más ações é outra coisa bem diferente. Esse é, particularmente, o caso de tráfico humano".



Por pressão do ex-presidente Donald Trump, que não gostava das mensagens postadas contra ele e queria ter o poder de responsabilizar as plataformas de mídia social, o Partido Republicano iniciou esforços para reformar essa parte da lei.

O Partido Democrata declarou recentemente que isso poderia ser resolvido em um esforço bipartidário, mas a lei deveria garantir às empresas de mídia social o poder de censurar campanhas de violência, como a que resultou na invasão do Congresso em 6 de janeiro.

Uma proposta alternativa sobre a moderação das postagens, que tem sido discutida, é a de transformar as plataformas de mídia social em editoras de notícias, porque essas podem ser processadas pelo que postam *online*.

No que se refere ao tráfico sexual ou ao tráfico humano, o problema realmente existe e uma solução deve ser buscada, segundo o *Human Trafficking Institute*. O Relatório Federal de Tráfico Humano de 2020 do instituto afirma que a maioria dos recrutamentos *online*, nos casos de tráfico sexual, ocorrem pelo Facebook.

"A internet se tornou uma ferramenta dominante dos traficantes para recrutar vítimas. Eles usam diversos websites da rede social, mas o Facebook é disparadamente o mais usado para essa finalidade", disse à CBS News, no início deste mês, o CEO do instituto, Victor Boutros.

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2021-jun-27/eua-facebook-responde-trafico-sexual-plataforma/>